

ELETROBRAS / ELETROSUL

PAGAMENTO DA PLR CONTINUA AMEAÇADO!

A reunião entre o Coletivo Nacional dos Eletricitários –CNE e representantes da Eletrobras, ocorrida no dia 14 de abril, no Rio de Janeiro, não resultou em qualquer avanço na negociação do pagamento da PLR 2013 para os trabalhadores das empresas do Grupo Eletrobras. Apenas o Diretor Administrativo e o Assessor de Relações Sindicais estiveram presentes. Não compareceram o Presidente da Eletrobras, nem os demais diretores que inicialmente estavam previstos para participar da reunião. A Eletrobras apenas voltou a informar que as condições técnicas para o pagamento de PLR são bastante limitadas devido ao prejuízo no balanço consolidado das empresas. Além disso, não existem dividendos retidos de anos anteriores para serem distribuídos, o que segundo a Eletrobras daria cobertura ao pagamento de duas folhas de PLR reivindicadas pelos trabalhadores. A distribuição de dividendos retidos foi utilizada ano passado para dar cobertura ao pagamento da PLR de 2012. O Diretor Administrativo afirmou, ainda, que a Eletrobras pretende distribuir apenas os dividendos relativos ao exercício de 2013, num total de aproximadamente 900 milhões de reais e de acordo com as normas e a orientação do DEST, a PLR corresponde a 25% deste valor, o que daria cobertura para uma PLR de cerca de 216 milhões. Este valor corresponde a um terço de uma folha salarial das empresas do Grupo Eletrobras. Ainda assim, qualquer parcela a título de PLR depende da aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, que ocorrerá dia 30 de abril. Os representantes da Eletrobras voltaram a enfatizar aos dirigentes sindicais que o voto do acionista majoritário na AGO é orientado pela posição do DEST.



ELETROBRAS VOLTA A SUGERIR A RENEGOCIAÇÃO DE BENEFÍCIOS

Os representantes da Eletrobras voltaram a sugerir que uma complementação de eventual valor aprovado a título de PLR pela AGO, poderia ser feita como indenização se houver disposição das entidades sindicais de negociar alguma alternativa ao pagamento de PLR. Os dirigentes das entidades sindicais que compõem o CNE, mais uma vez rejeitaram esta possibilidade e condenaram a postura da Eletrobras. O Acordo Coletivo de Trabalho vigente tem duração de 2 anos, portanto vale até 2015 e absolutamente não está nos planos dos trabalhadores e suas representações abrir qualquer negociação dos benefícios conquistados.

"Os trabalhadores de todas as empresas do Grupo Eletrobras já deram demonstração de sua disposição de luta, aprovando em assembleias realizadas em todo país a paralisação de 48 horas proposta pelo CNE, que será realizada dias 24 e 25 de abril, antes da AGO do dia 30"

CNE APOSTA NA MOBILIZAÇÃO

Os sindicatos que compõem o CNE, na sede da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), avaliaram o estágio de negociação como muito complicado, e que uma resposta contundente da categoria através da manifestação direta dos trabalhadores é a única forma das empresas e principalmente o Governo Federal, compreenderem a posição já manifestada pelos dirigentes sindicais. Os trabalhadores de todas as empresas do Grupo Eletrobras já deram demonstração de sua disposição de luta, aprovando em assembleias realizadas em todo país a paralisação

de 48 horas proposta pelo CNE, que será realizada dias 24 e 25 de abril, antes da AGO do dia 30. As entidades sindicais pretendem realizar, também, outras manifestações em grandes centros urbanos, para chamar a atenção da população à necessidade urgente do Governo Federal tomar medidas de saneamento das empresas, evitando assim o desmantelamento do setor elétrico em função da grande crise financeira estabelecida nas empresas estatais por conta da redução das receitas a partir da MP-579.

TRABALHADORES EM LUTA PELO FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS E O PAGAMENTO DA PLR!



COMEÇA A RETIRADA DE DELEGADOS PARA O 9º CONGRESSO DOS EMPREGADOS DA CELESC

CELESC

PLR 2013 É PAGA AOS CELESQUIANOS

A segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2013 foi paga aos trabalhadores da Celesc no último dia 10. Foram atingidos 78,44 pontos no Índice Global de Desenvolvimento (IGD), totalizando o valor de R\$ 14.273.854,20. Nesta segunda parcela foram distribuídos R\$ 4.938.654,20.

PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO POR AGÊNCIA

Este foi o segundo ano em que um percentual de acréscimo relativo aos Contratos de Resultados foi considerado no cálculo da PLR. Este sistema fortalece a Comissão de Gestão e Resultados, dando também mais importância e responsabilidade para os trabalhadores eleitos. Abaixo, os percentuais por agências e departamentos.

AGÊNCIAS REGIONAIS

ARBLU - 30%	ARJOA - 30%	ARSBS - 30%
ARCHA - 30%	ARJOI - 30%	ARSMO - 30%
ARCON - 30%	ARJSL - 30%	ARTUB - 15%
ARCRI - 30%	ARLAG - 30%	ARVID - 30%
ARFLO - 7,5%	ARMAF - 22,5%	
ARITA - 30%	ARRSL - 30%	

DEPARTAMENTOS - ADM. CENTRAL

DPDE - 7,5%	ADRG - 30%	DPCM - 15%
DPGR - 22,5%	ASRG - 30%	ADEF - 7,5%
ADPL - 15%	DPGP - 15%	ADEF - 15%
DPEP - 15%	DPSU - 15%	DPCO - 22,5%
DPCN - 15%	DPTI - 7,5%	DPEF - 15%
DPRE - 30%	DPGC - 22,5%	DPRI - 22,5%
DPRT - 30%	DPGT - 22,5%	DPCL - 7,5%

GBPI, DPCT, DPCJ, ASAD, AUDI, ATEC, APRE, OUVI, ASRS, SEGC, ASCE, DPAD - 0%

ASGE, ADGC, ASAM - 7,5%

ADGT, DPOM, DPEG - 22,5%

DPMS, DPOP, ADDI, ASDI, ASRE, DPPC, ADCL, ASCL - 15%

COMISSÕES AINDA PODEM SE MANIFESTAREM

As comissões de Gestão e Resultados de todas as Agências e Administração Central têm até hoje (17/04) para encaminhar recurso para a Diretoria Colegiada, justificando índices que não foram atingidos. Com base na justificativa a Diretoria pode excluir o indicador e o percentual de acréscimo da PLR dos trabalhadores aumentar.

PRÁTICAS ANTISSINDICIAS

PRÁTICAS ANTISSINDICIAIS NÃO SÃO EXCLUSIVIDADES DE EMPRESAS PRIVADAS

Recentemente, o Linha Viva publicou matéria sobre as práticas antissindiais que acontecem na Tractebel, onde os dirigentes sindicais são proibidos de entrar até mesmo para entregar o jornal aos trabalhadores. O fato é que se tratando de uma empresa privada, esta prática acaba caindo na vala comum. Empresas privatizadas têm um longo histórico de cerceamento da organização dos trabalhadores. Mas não é só nas empresas privadas que os ataques ao direito dos trabalhadores se organizarem acontece. Vivemos hoje um período de criminalização dos movimentos sociais e sindicais e ataques diretos aos direitos dos trabalhadores, inclusive ao direito de greve. Abaixo reproduzimos nota aprovada por trabalhadores do campo e da cidade que participaram da 5ª Marcha dos/as Trabalhadores/as Catarinenses:

NOTA DE REPÚDIO AO GOVERNO COLOMBO POR PRÁTICAS ANTISSINDICIAIS

Nós, quase três mil trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade do Estado de Santa Catarina, organizados na 5ª Marcha dos/as Trabalhadores/as Catarinenses, realizada no dia 09 do corrente na capital do Estado, apresentamos à Vossa Excelência nossa manifestação de repúdio à forma como o Governo do Estado vem tratando o movimento grevista e seus líderes que, via Poder Judiciário, criminaliza, judicializa e desenvolve práticas antissindiais passíveis de denúncia na OIT – Organização Internacional do Trabalho.

No ano em que relembramos os 50 anos de um golpe civil-militar que implantou no país um regime ditatorial de perseguições, prisões, torturas e mortes de milhares de brasileiros, dentre os quais lideranças sindicais, é vergonhoso os fatos e ameaças contra o sindicato dos servidores e seus dirigentes. Conforme fomos informados, desde a deflagração do estado de greve no final de agosto passado até a decisão de GREVE na FATMA e no IMETRO-SC – em fevereiro - e depois em Assembleia Geral Unificada, em março, a Direção do SINTESPE cumpre todas as medidas determinadas pela Lei de Greve (Lei nº 7783/89), entre elas a orientação de manutenção dos 30% de efetivo nos sistemas penitenciário e socioeducativo, considerados serviços essenciais. Ainda assim, mesmo sem dar tempo ao julgamento de recurso e agravo do SINTESPE nas ações judiciais movidas pelo Governo contra a Greve dos servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania e do Instituto de Metrologia de SC (IMETRO-SC), sob pena de multas diárias de mais de 100mil reais, a Justiça Estadual decidiu por criminalizar a entidade e bloquear suas contas bancárias. Além disso, ameaça,

via Procuradoria Geral do Estado, solicitar ao Poder Judiciário a destituição dos dirigentes do SINTESPE. Ou seja, além de não cumprir leis que dizem respeito aos direitos dos/as trabalhadores/as - como a Data-Base (nº 15695/2011), o Governo fere o princípio da isonomia entre os servidores e ataca, como nos tempos da ditadura civil-militar (1964 – 1988), o direito de organização sindical da categoria, o sindicato e seus dirigentes democraticamente eleitos. Pelo que avaliamos deste cenário, quem está agindo na ilegalidade não é a entidade sindical e seus dirigentes, mas o Governo do Estado que se nega a cumprir a lei da DATA-BASE (lei estadual nº15695/2011), que prevê a reposição das perdas decorrentes da inflação em 2012 e 2013 nos vencimentos dos servidores, além de não cumprir o Decreto Federal 7944/2013 que assegura o direito de negociação coletiva via sindicato, conforme a Convenção nº 151 e a Recomendação nº 159 da OIT - Organização Internacional do Trabalho.

Portanto, entendemos que a GREVE no serviço público estadual, além de ser legal, é legítima, e que os dirigentes do SINTESPE estão no cumprimento das atribuições para as quais foram eleitos: representar a categoria e coordenar as ações sindicais na reivindicação dos direitos a que lhes são devidos. Cabe ao Poder Judiciário fazer a devida Justiça, exigindo do Governo Colombo o cumprimento da Lei Estadual 15695/2011, a promoção da igualdade de direitos e a garantia de melhores condições de trabalho aos servidores, assim como mais investimentos no serviço público estadual, valorizando os impostos pagos pela população.

"Apresentamos à Vossa Excelência nossa manifestação de repúdio à forma como o Governo do Estado vem tratando o movimento grevista e seus líderes que, via Poder Judiciário, criminaliza, judicializa e desenvolve práticas antissindiais"

MALVADOS | WWW.MALVADOS.COM.BR



CELESC

COMEÇA A RETIRADA DE DELEGADOS PARA O 9º CONGRESSO DOS EMPREGADOS DA CELESC

O 9º Congresso dos Empregados da Celesc vai se aproximando e chegou a hora dos trabalhadores mostrarem que desejam debater a Celesc e criar uma empresa pública cada vez melhor.

Como sempre, os sindicatos que compõem a Intercel, apoiadores de todas as edições dos Congressos, estarão conduzindo a retirada de delegados por local de trabalho.

O evento contará com a participação de aproximadamente 120 delegados de todo o estado, o que representa hoje 4% da força de trabalho própria da Celesc.

Desta forma, divididos na base dos Sindicatos teremos:

41 TRABALHADORES NA BASE DO SINERGIA (FLORIANÓPOLIS E REGIÃO)

4 TRABALHADORES NA BASE DO STIEEC (CONCÓRDIA)

13 TRABALHADORES NA BASE DO SINTRESC (REGIÃO SUL DO ESTADO)

20 TRABALHADORES NA BASE DO SINTEVI (VALE DO ITAJAÍ)

27 TRABALHADORES NA BASE DO STIEEL (REGIÃO OESTE DO ESTADO)

18 TRABALHADORES NA BASE DO SINDINORTE (REGIÃO NORTE DO ESTADO)

PROCURE O SINDICATO DE SUA REGIÃO E PARTICIPE!

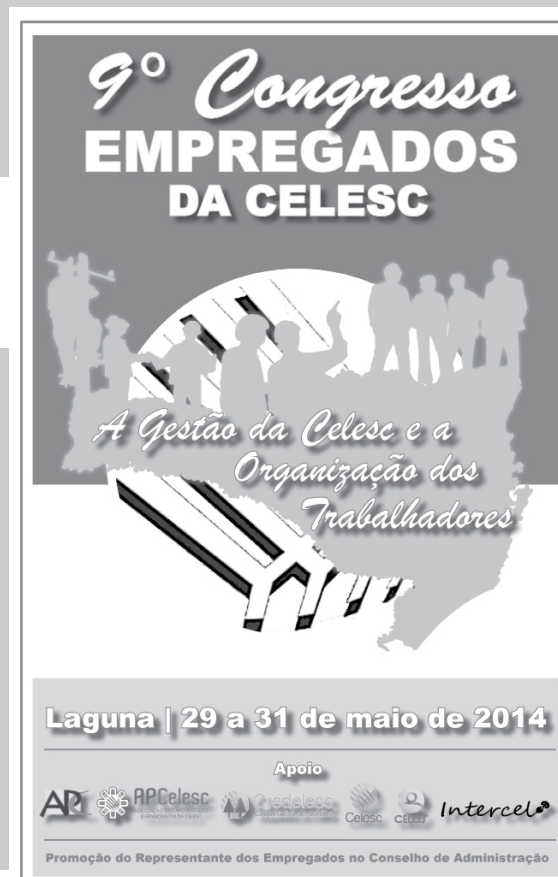
FACEBOOK DO CONGRESSO JÁ ESTÁ NO AR!

Para auxiliar na divulgação do Congresso, a Comissão Organizadora disponibilizou um endereço no facebook. Lá os trabalhadores poderão acompanhar o cronograma do evento e conhecer um pouco mais dos 8 Congressos anteriores, suas resoluções, temas e debates.

A ferramenta também serve para que os celesquianos que não puderem participar do evento acompanhem as discussões, dando sua opinião e visão.

Entre lá e curta você também!

WWW.FACEBOOK.COM/9CONGRESSOCELESC



NA COLÔMBIA, NO BRASIL: ÁGUAS PARA A VIDA!



DIRIGENTES SINDICAIS DO SINERGIA PARTICIPARAM DA MANIFESTAÇÃO POPULAR CONTRA A BARRAGEM DE QUIMBO, NA COLÔMBIA

FOTOS: JERRY CONCEIÇÃO



2014 promete. Será um ano “importante, um momento histórico” para a Colômbia, prevê a cientista política colombiana Maria Camila Macia Amaya, de 21 anos. Lá, como aqui no Brasil, acontecerão eleições gerais, inclusive para presidente do país. Lá, como aqui, os movimentos sociais vivem um período de ascensão que iniciou em 2013 quando inúmeras manifestações provocaram rebuliço na vida política do país. Lá, diferente de aqui, o povo espera que 50 anos de conflito armado cheguem ao fim com o sucesso das negociações em Havana – Cuba entre o governo colombiano e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – exercito paramilitar de inspiração comunista que tem controle de várias zonas do país). Quem sabe também em 2014 o plantio de coca (uma cultura que foi introduzida nos rincões da Colômbia na década de 80 por narcotraficantes) possa ser substituído pela cultura de produtos alimentícios.

ESQUERDA – Maria está no Brasil como observadora do curso do MAB. Ela estuda a problemática energética na América Latina. Na Colômbia participa, como integrante da Juventude Comunista Colombiana, da Associação dos Atingidos pela barragem de Quimbo e da Associação Rios Vivos. Segundo ela, o Brasil é uma peça importante para quem estuda o setor de energia latino-americano pois a crítica de esquerda está bem avançada por aqui com as intervenções por exemplo do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e de sindicatos de trabalhadores do setor.

INJUSTIÇA – A barragem de Quimbo afeta boa parte da população do estado colombiano de Huila, atingindo as melhores terras para cultivo agrícola de seis municípios, comprometendo a vida de mais de 10 mil pessoas. Além da mobilização dos atingidos, o movimento espera que ações jurídicas detenham o projeto que já está com 50% das obras concluídas. “O que estão fazendo em Huila é injusto. Os resultados são mais negativos que positivos. A presença de multinacionais, representantes do consenso neoliberal, apoiadas pelo governo, afeta a identidade da comunidade, causando danos sociais. Dizem que apenas 1.200 pessoas serão afetadas. O restante das pessoas que perderam seus empregos e moradias não tem alternativas”.

EXALTAÇÃO – Em 2013 os movimentos sociais colombianos reavivaram suas forças impulsionados por uma greve nacional de pequenos agricultores que durou dois meses. A greve se materializou em barricadas em estradas nacionais que impediam a circulação de alimentos e discutia a soberania alimentícia. Outros movimentos se levantaram em apoio ao movimento rural como estudantes e trabalhadores formais das grandes cidades. Os colombianos se deram conta do impacto negativo do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos (hoje a maioria dos alimentos consumidos na Colômbia é produzida fora do país e são muito mais baratos do que a produção local) e dos transgênicos.

“O que estão fazendo em Huila é injusto. Os resultados são mais negativos que positivos. A presença de multinacionais, representantes do consenso neoliberal, apoiadas pelo governo, afeta a identidade da comunidade, causando danos sociais. Dizem que apenas 1.200 pessoas serão afetadas. O restante das pessoas que perderam seus empregos e moradias não tem alternativas”.

Outros movimentos se levantaram em apoio ao movimento rural como estudantes e trabalhadores formais das grandes cidades. Os colombianos se deram conta do impacto negativo do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos (hoje a maioria dos alimentos consumidos na Colômbia é produzida fora do país e são muito mais baratos do que a produção local) e dos transgênicos.

DIVERSIFICAR – Por causa desta onda de manifestações, finalmente o governo começou a negociar com os pequenos agricultores acordos que visam incentivar a produção agrária e acabar com um flagelo que atinge o país: o cultivo de coca. Na década de 80, o narcotráfico aproveitando a concorrência desleal no preço de alimentos, introduziu o cultivo da coca em várias regiões do país. Mas, somente agora o governo começa a discutir alternativas para estes pequenos agricultores nas “Mesas de Interlocução Agrária”. Hoje o trabalho da esquerda colombiana é para que estas alternativas contemple o cultivo coletivo de alimentos. O objetivo é ambicioso: alavancar a autonomia destas regiões e atingir a soberania alimentar.

